



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **LEI Nº 1.833/2025**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de audiências públicas pelas concessionárias de serviços públicos em Visconde do Rio Branco/MG e dá outras providências.*

O povo do Município de Visconde do Rio Branco/MG, por seus representantes, os vereadores aprovam e o Presidente da Câmara Municipal Promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam as concessionárias de serviços públicos que atuam no território do Município de Visconde do Rio Branco/MG obrigadas a realizar Audiências Públicas para tratar de questões relativas à prestação dos serviços, incluindo reajustes tarifários, alterações contratuais, qualidade dos serviços prestados e planejamento de melhorias.

**Art. 2º** As Audiências Públicas deverão ser realizadas no primeiro semestre do ano no Plenário da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco, sendo:

I - anualmente, para apresentação de prestação de contas, relatórios de desempenho e planejamento;

II - sempre que houver proposta de reajuste tarifário ou modificação significativa dos serviços prestados;

III - quando houver determinação do Poder Executivo ou do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 3º** As Audiências Públicas deverão ser amplamente divulgadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e das empresas concessionárias e em canais digitais das concessionárias e da Prefeitura e da Câmara.

**Art. 4º** Durante as Audiências Públicas, deverão ser assegurados:

I - o direito de manifestação dos cidadãos, entidades da sociedade civil e representantes do Poder Público;

II - a apresentação detalhada de dados financeiros, operacionais e de planejamento futuro, incluindo:

a) valores arrecadados pela concessionária no município;

b) montante de investimentos realizados no território municipal, discriminando obras, melhorias e manutenção; e

c) custos operacionais e aplicação de recursos provenientes de tarifas cobradas;

III - a disponibilização de relatórios e planilhas resumidas e de fácil compreensão para a população, garantindo transparência e clareza das



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

informações apresentadas; IV - o registro das discussões em ata, que deverá ser disponibilizada ao público após a reunião, inclusive em meio digital, com acesso público irrestrito.

**Art. 5º** O descumprimento da obrigação prevista nesta Lei sujeitará a concessionária infratora às seguintes penalidades:

I - multa administrativa no valor de até 500 (quinhentas) Unidades Fiscais do Município de Rio Branco (UFMRB), a ser aplicada pelo Poder Executivo Municipal, com destinação ao Fundo Municipal de Educação;

II - impedimento do recebimento de repasses financeiros pelo Poder Executivo Municipal, quando aplicável;

III - suspensão de autorizações para reajustes tarifários até a regularização da obrigação;

IV - outras sanções previstas no contrato de concessão e na legislação vigente.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Presidente Tancredo de A. Neves, 24 de Outubro de 2025.

---

**Marinho José de Almeida Neto**  
Presidente da Câmara Municipal